

Humanismo integral, pensamento católico e os desafios da sociedade brasileira¹

Francisco Borba Ribeiro Neto
Núcleo Fé e Cultura, PUC-SP

O conceito de humanismo integral foi criado por Jacques Maritain, em uma obra clássica de 1936, mas particularmente a partir da *Populorum progressio*, de Paulo VI, de 1967, tornou-se um ponto central da doutrina social da Igreja. Durante o pontificado de João Paulo II, ele receberá a contribuição da fenomenologia e do personalismo (termo cunhado pelo filósofo francês Emmanuel Mounier, que o desenvolveu em uma obra de 1949). Mais recentemente, Bento XVI retorna ao conceito de humanismo integral ao falar no desenvolvimento humano integral, na encíclica *Caritas in veritate*, de 2009.

Numa perspectiva sociopolítica, podemos sintetizar o humanismo integral da atualidade em 5 pontos principais:

- a. O primado da pessoa sobre as coisas (numa crítica à mercantilização da vida realizada pelo capitalismo) e sobre os processos sociais (crítica à filosofia da história marxista). O bem comum não se confunde com uma situação de equilíbrio entre os interesses individuais (como supõem a filosofia política liberal) nem pode ser construído em oposição ao bem pessoal (como supõem o coletivismo socialista).
- b. A pessoa é uma totalidade que não pode ser reduzida às suas várias dimensões (econômica, cultural, social, etc.). Entre estas dimensões, se sobressai a religiosa, pois a vida humana é forçosamente relação com o Mistério, e o coração do homem não se satisfaz enquanto não descansa em Deus, como lembrava Santo Agostinho.
- c. O objetivo último de todas as ações que acontecem na vida social é a construção do bem comum, que coincide com a plena realização de cada pessoa.
- d. A dimensão ética, enquanto manifestação da liberdade da pessoa, está presente em todas as esferas da vida (pessoal, econômica, política) e é necessária para a construção do bem comum. Portanto, não se pode pensar em progresso, desenvolvimento ou justiça social sem uma atenção particular para com a ética pessoal.
- e. O Estado não deve ser o grande protagonista das ações na vida social e na construção do bem comum. Este protagonismo cabe às pessoas e suas organizações. Ao Estado cabe garantir a possibilidade de realização destas ações, numa postura subsidiária.

De certo modo, humanismo integral e desenvolvimento humano integral podem ser compreendidos como um desenvolvimento laico, não confessional, da doutrina social católica – na medida em que retoma seus princípios e os apresenta sem um vínculo obrigatório com o magistério da Igreja. Isto não quer dizer uma estratégia para enganar os incautos, ou a apresentação de velhos conteúdos com novas roupagens, mas sim que os princípios da doutrina social católica, refletidos e experimentados pelos cristãos no mundo político e cultural, geraram um pensamento com características próprias e com uma proposta original para o mundo de hoje.

Para compreendermos sua contribuição para a sociedade brasileira atual temos que partir de uma rápida análise de nosso contexto atual. Esta análise deverá ser detalhada e discutida ao longo de muitos encontros, por isso fazemos aqui apenas uma rápida síntese.

¹ Texto apresentado no 1º Seminário sobre Humanismo Integral e Desenvolvimento, realizado na PUC-SP, campus Perdizes, em 01 de dezembro de 2012.

Nos últimos 30 anos, após a redemocratização, o Brasil está vivendo um inegável processo de desenvolvimento socioeconômico. Em 1980 o país registrava um PIB de US\$ 163 bilhões e era a 12ª economia no mundo. Em 2011, o PIB foi de US\$ 2.492 bilhões, e era a 6ª economia mundial. Este desenvolvimento econômico baseou-se principalmente no crescimento da produção e exportação de bens primários (produtos agrícolas, minérios, etc.), sem que houvesse o investimento necessário para o aumento da eficiência e da competitividade no mercado internacional. Agora, enfrenta uma série de gargalos, determinados pela falta de uma educação que capacite adequadamente a mão de obra e de investimentos básicos na infraestrutura. Mesmo do ponto de vista puramente econômico, temos um desenvolvimento que não acontece de forma integral, mas que se dá apenas em alguns setores e dimensões da vida econômica.

No plano social, a comparação pode ser feita com o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apesar deste índice apresentar uma série de questões técnicas. Em 2011, o Brasil tinha um IDH de 0,718 (numa escala que vai de 0 a 1), e vem apresentando valores crescentes ao longo dos anos. Contudo, sua posição no ranking internacional é relativamente baixa: é o 84º país em IDH, estando bem abaixo de outros países latino-americanos como Argentina, Uruguai, Cuba e México. Quando analisamos as condições da população brasileira, vemos que o país ainda tem uma enorme desigualdade de renda, mas salta aos olhos também as dificuldades relativas a educação, moradia, saúde, segurança. Também aqui o desenvolvimento, apesar de real, não é integral, no sentido dado pela *Populorum progressio*: atingir a todos e em todas as suas dimensões.

Esta falta de desenvolvimento integral da pessoa se reflete diretamente no plano político. Apesar dos avanços relativos à democratização, a participação política, o protagonismo das pessoas e das organizações, o esforço coletivo pela construção do bem comum, ainda é relativamente pequeno no país. A corrupção e o populismo, criticados por muitos, são reflexos desta situação. Quanto mais uma população amadurece no plano político e cultural, menos se deixa enganar por políticos corruptos, mais participa da vida política.

Sem nos determos mais, podemos ver também que a maior parte dos debates sobre aspectos ambientais do crescimento econômico padecem da ideia de que desenvolvimento econômico, melhoria das condições sociais e respeito ao meio ambiente são conflitantes entre si. Uma visão integral mostra justamente que, num país tropical, onde os recursos são abundantes, mas os equilíbrios ambientais frágeis e delicados, estes três aspectos devem caminhar juntos: o crescimento econômico pressupõe populações desenvolvidas e um uso consciente e adequado dos recursos naturais – e este uso não poderá ser conseguido sem o apoio e a melhoria de vida da população.

Em síntese, podemos caracterizar os problemas que encontramos em nosso processo de desenvolvimento socioeconômico e político justamente como consequências da falta de uma perspectiva integral de pessoa e de desenvolvimento. Apesar do desenvolvimento humano integral ser tão necessário em nosso contexto social e apesar de ser uma proposta intrinsecamente associada ao ensinamento social cristão, a própria comunidade católica muitas vezes parece não ter uma proposta de desenvolvimento integral clara quando se depara com problemas políticos ou projetos sociais. Para entender porque isso aconteceu, necessitamos refletir sobre a relação Estado/sociedade e sobre a relação

Ao longo da história, o Estado moderno foi assumindo cada vez mais a função de grande organizador de toda a vida social e detentor do monopólio da força (exército, polícia) e, mais recentemente, da prestação de serviços à coletividade. Na teoria, considera-se que o Estado tem obrigação de garantir estes serviços, mas na prática quase todas as forças políticas que lutam por justiça social assumiram também o paradigma de que as políticas públicas são

monopólio do Estado. Ou seja, o governo não apenas garante o acesso de toda a população aos serviços sociais, mas também determina como estes serviços devem ser prestados.

Com isso, todo o empreendedorismo social desenvolvido pela comunidade cristã ao longo dos séculos passou a ser visto como coisa do passado, superada pelo progresso político que havia criado o chamado Estado do bem-estar social. Criou-se uma falsa polarização entre um Estado liberal desvinculado dos interesses do bem comum e um Estado social no qual todos os serviços públicos e toda a vida social estão submetidas ao governo – como se estas fossem as únicas duas posições possíveis.

Em consequência, a única luta social definitiva é aquela que procura conquistar o Estado, ter o poder. Todas as demais lutas e obras sociais são apenas um instrumento para este fim supremo. A reflexão política e o trabalho social católico sempre se basearam na construção de obras capazes de responder às necessidades das pessoas. Mas isso foi sendo confundido, pelos próprios militantes católicos, com assistencialismo.

A ideia de uma transformação social que começa no nível local, no micro, no caso específico, e vai contagiando toda a sociedade havia sido perdida por volta dos anos '60 do século passado. O que havia era a ideia de uma revolução que mudava tudo numa única grande ação transformadora: a revolução (entendida como insurreição). Com a crise das esquerdas que se inicia com a desilusão pós '68 e se estende até a queda do regime soviético, inicia-se uma nova fase no pensamento político ocidental, marcada pela retomada da reflexão sobre os fundamentos da democracia, a contribuição das organizações não governamentais, as chamadas micro revoluções e a relação entre visão de mundo e transformação política. Neste contexto, os próprios católicos vão recuperando a riqueza da sua reflexão político social, da doutrina da Igreja e do humanismo integral.

Hoje alguns autores, inspirados na doutrina social da Igreja, quando referem-se à relação entre governo, organizações sociais e políticas públicas, falam de um Estado social subsidiário². Com isso, procuram distinguir-se de certa visão neoliberal que não considera o Estado responsável pela realização de políticas sociais voltadas aos mais pobres e desfavorecidos, e também de certa visão socialdemocrata que centraliza todas as decisões referentes às políticas sociais nas mãos do governo. Mas é importante ter em mente que um Estado social subsidiário não é aquele que está no meio do caminho entre o Estado liberal e o Estado socialista, misturando um pouco de cada um, nem mesmo uma “terceira via”, criada para se distinguir destes dois modelos que dominaram o mundo polarizado do século XX. Estas ainda seriam visões determinadas por uma polarização do passado, onde qualquer novidade deve ser obrigatoriamente reconduzida a uma das forças hegemônicas já existentes.

Por outro lado, na Modernidade o cristianismo teve que enfrentar a redução da fé a sua dimensão moral, frequentemente denunciada por Bento XVI. Tanto a Reforma Protestante quanto a Contrarreforma católica beberam no poço do antropocentrismo renascentista e tenderam a considerar o ser humano como centro da história. No campo religioso, isso levou a valorizar tanto a resposta da pessoa à graça – isto é a moral – que a fé deixou de ser vista como resultado de um encontro e um diálogo entre Deus e o homem, para ser pensada apenas como resposta coerente da pessoa a um conjunto de normas impessoais.

No humanismo integral, a resposta ética é o fundamento de qualquer processo transformador da vida pessoal e social, mas a ética vem compreendida a partir de uma antropologia integral, que pesquisa a fundo a natureza humana. E, sem o encontro com Cristo, a

² Um Estado é subsidiário quando se coloca a serviço do protagonismo das pessoas e organizações sociais, sem procurar impor o modo de ser dos governantes, mas sim usando os recursos públicos para apoiar (subsidiar) o protagonismo destas pessoas e organizações no esforço de resolver seus problemas e definir os caminhos que querem trilhar.

natureza humana permanece desconhecida para o próprio ser humano. Assim, com a redução da fé a moral, a integralidade da pessoa humana também vai sendo perdida, a reflexão social católica passa a ser vista como uma espécie de principialismo normativo e a própria ética cristã passa a ser confundida com a ética burguesa.

Augusto Del Noce, um dos mais perspicazes filósofos políticos católicos do século XX, percebeu que a grande tarefa histórica do pensamento marxista – assim como de Freud e Nietzsche, podemos acrescentar – era desestruturar a ética e os valores burgueses, que ainda se legitimavam a partir de sua matriz cristã. Criaram assim a imagem do indivíduo finalmente independente em relação a qualquer vínculo moral. Um indivíduo que deveria ser, em teoria, totalmente livre, mas que se revela na verdade totalmente submisso ao mercado, pois não encontra em si nenhum princípio ou valor em função dos quais possa se contrapor à mentalidade dominante.

Neste processo, a própria comunidade católica frequentemente se viu como defensora de valores morais que não mais correspondiam à própria natureza do cristianismo. No debate político intraeclesial, se criou um antagonismo sem sentido entre um conservadorismo que se apegava aos valores morais que estavam se arruinando e um progressismo que acreditava em transformações estruturais da sociedade que nos permitiram prescindir da própria ética. Mas nenhuma das duas posições corresponde ao humanismo integral ou à doutrina social católica, pois ambos integram os valores morais à necessidade de transformações sociais.

Neste aspecto, é particularmente luminoso o caminho que Bento XVI nos apresenta. Ele aponta a necessidade de se ter em mente os dois aspectos da transformação da sociedade e da construção do bem comum, o ético e o estrutural. Contudo, recoloca sempre o encontro com Cristo – e a fé integral daí nascida – como fundamento de toda nossa caminhada. Assim, a questão não é mesclar duas propostas distintas, ou encontrar um “meio termo virtuoso”, mas sim voltar ao fundamento, para daí crescer de forma harmoniosa, integrando todos os aspectos da realidade.

Leituras sugeridas

- BENTO XVI. Discurso proferido na sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Aparecida, 13 maio 2007. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida_po.html.
- BORGHESI, M. O mundo atual, depois da crise das utopias. *Dicta&Contradicta*, 2008, 2: 42-57. Disponível em http://www.pucsp.br/fecultura/textos/fe_razao/depois_de_68_69.html (Parte 1) e http://www.pucsp.br/fecultura/textos/fe_razao/2_depois_de_68_69.html (Parte 2).
- MARTINO, R.R. Caridade e verdade: fundamentos da dimensão histórica e pública do cristianismo. [in] SANTOS, A.C.A. e cols. *Economia e vida na perspectiva da Caritas in veritate*, São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010, p. 9-12. Disponível em <http://www2.pucsp.br/banner/adclick.php?bannerid=237&zoneid=8&source=&dest=http%3A%2F%2Fwww.pucsp.br%2Ffecultura%2Fflivros%2Fpdf%2FflivroA4.zip>
- RIBEIRO NETO, F.B. Refletindo sobre a política e a economia no Brasil a partir da Caritas in veritate. [in] SANTOS, A.C.A. e cols. *Economia e vida na perspectiva da Caritas in veritate*, São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010, p. 95-102. Disponível em <http://www2.pucsp.br/banner/adclick.php?bannerid=237&zoneid=8&source=&dest=http%3A%2F%2Fwww.pucsp.br%2Ffecultura%2Fflivros%2Fpdf%2FflivroA4.zip>